



RELATÓRIO PANORÂMICO

ÓRGÃO/ENTIDADE : **Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
Fundos vinculados**

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA : **Exercício de 2018.**

RELATÓRIO CGE Nº 17/2019/SUGACI SGD Nº 2019 09049 004700

A Controladoria Geral do Estado, no intuito de dar subsídios aos gestores dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo Estadual, franqueando o acesso às informações obtidas por este Órgão de Controle Interno, referentes ao acompanhamento da gestão das políticas e dos recursos públicos, institui o presente **Relatório Panorâmico**, o qual visa identificar possíveis riscos no controle dos gastos, nos achados acerca do Plano Plurianual, na Execução Orçamentário-financeira, nas despesas com pessoal, nos achados decorrentes das análises das Prestações de Contas, nas principais demandas de ouvidoria dentre outros meios de controle, garantindo conhecimento, segurança na tomada de decisões e transparência aos atos da Administração Pública.

Neste contexto, este órgão de Controle Interno utilizou-se de buscas junto aos seus diversos sistemas de controles, catalogando os achados de inspeções, fiscalizações e auditorias, bem como informações importantes sobre prestação de contas anual dos ordenadores, subsídios de criticidade e vulnerabilidade na matriz de risco, contas consolidadas, contratos, convênios, parcerias, adiantamentos, plano plurianual, resultados de tomada de contas especial, folha de pagamento e ouvidoria.

As informações contidas neste Relatório Panorâmico auxiliarão os gestores na otimização das atividades de cada órgão, oferecendo maior agilidade e precisão na detecção e afastamento de possíveis riscos, proporcionando maior transparência, celeridade e segurança aos atos da gestão.

Neste escopo, a Controladoria Geral do Estado, por meio deste instrumento, busca fortalecer sua missão institucional, ampliando sua atuação na assistência direta e imediata aos gestores da Administração Pública em assuntos e providências pertinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, às atividades de ouvidoria e à transparência, promovendo uma gestão responsável, eficaz e de resultados positivos, que contribua significativamente para o crescimento do Estado do Tocantins e bem estar da sua população.

Diante do exposto, passamos ao panorama.



1. DA FORMALIZAÇÃO DOS PROCESSOS

Dos processos oriundos das unidades gestoras da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e suas vinculadas, elencados na Instrução Normativa CGE nº 01/2017, com envio obrigatório a este órgão de Controle Interno, 03 (três) tiveram oportunidade de emissão de opinativo conclusivo, através de pareceres técnicos ou despachos, sendo identificadas situações que demandaram recomendações balizadas na legislação pertinente, as quais podem ser aproveitadas na formalização de todos os procedimentos realizados internamente na pasta, onde podem ser destacadas as seguintes inconsistências:

Inconsistências	Adesão ARP	Dispensa	Inexigibilidade	Total
Demonstrar se há outras soluções	-	-	1	1
Pesquisa de Preços	2	-	1	3
Rito Processual	-	-	1	1
Termo de Referência	1	-	-	1
Autorização SEPLAN/SEFAZ	1	-	-	1
Edital e Anexos (Ausência ARP)	1	-	-	1
Regularidade Fiscal/Trabalhista	2	-	1	3
Qualificação Econômica	1	-	-	1
Ausência CEIS	1	-	1	2
Ausência Certidão IMPROBIDADE	1	-	1	2
Minuta do Contrato	1	-	-	1
Parâmetro Quantitativos	1	-	-	1
Publicação Portaria Inexigibilidade	-	-	1	1
Demonstração do Quintuplo	2	-	-	2
Demonstração dos 100%	1	-	-	1
Contratação não realizada em 90 dias	1	-	-	1
Vigência Excede Créditos Orçamentários	1	-	-	1
Vedado Decreto de contenção de Despesas	1	-	-	1
TOTAL DE INCONSISTÊNCIAS	18	-	7	25

2. INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Na prestação de contas anual dos ordenadores de despesas referente ao exercício de 2018, verificaram-se diversas ressalvas detectadas por esta Controladoria Geral as quais destacamos a seguir:



Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – SETAS

A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um nível de execução com percentual médio de 2,64%, bem abaixo do previsto.

O Balanço Orçamentário, às fls. 153 a 155, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit no valor de R\$ 25.131.885,66, (vinte e cinco milhões, cento e trinta e um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos). Considerando o saldo das Transferências Recebidas (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária o resultado efetivo gerou um déficit de R\$ 2.779.138,31 (dois milhões, setecentos e setenta e nove mil, cento e trinta e oito reais e trinta e um centavos), representando 10,96% da execução da despesa.

O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante em 17,61%, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.

O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial demonstra um déficit financeiro de R\$ 587.331,82 (quinhentos e oitenta e sete mil trezentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 5.566.293,27 (cinco milhões quinhentos e sessenta e seis mil duzentos e noventa e três reais e vinte e sete centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 6.153.625,09 (seis milhões cento e cinquenta e três mil seiscentos e vinte e cinco reais e nove centavos), conforme fls. 170, tendo sido emitida justificativa às fls. 206 e 207 para o déficit financeiro constatado no Balanço Patrimonial.

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta um valor de R\$ 24.415.407,69 (vinte e quatro milhões quatrocentos e quinze mil quatrocentos e sete reais e sessenta e nove centavos) no Passivo Permanente, com atributo “P”. Este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, sendo que apenas foi registrado pelo Tesouro um direito no valor de R\$ 16.560.459,06, (dezesseis milhões quinhentos e sessenta mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e seis centavos), referente a Outros Créditos a Receber – Cota Financeira a Receber, tendo sido emitida justificativa na nota explicativa, às fls. 206.

Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, às fls. 168, no valor total de R\$ 15.531.198,40 (quinze milhões quinhentos e trinta e um mil cento e noventa e oito reais e quarenta centavos), sendo R\$ 15.192.518,60, referente a bens móveis, conforme demonstrado às fls. 265, havendo divergência com o SISPAT, às fls. 218 a 219, tendo sido emitida justificativa, às fls. 221.

A conta contábil “Estoques”, às fls. 168, apresenta saldo no valor de R\$ 780.309,35 (setecentos e oitenta mil trezentos e nove reais e trinta e cinco centavos), que não confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 231, tendo sido emitida justificativa, às fls. 233.



Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 157, liquidado e pago no valor de R\$ 199.508,40 (cento e noventa e nove mil quinhentos e oito reais e quarenta centavos), restando ainda um saldo de R\$ 584.574,63 (quinhentos e oitenta e quatro mil quinhentos e setenta e quatro reais e sessenta e três centavos). Consta justificativa para este saldo às fls. 204.

Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 159, foi pago R\$ 682.189,19 (seiscentos e oitenta e dois mil, cento e oitenta e nove reais e dezenove centavos) e cancelado R\$ 3.944,00 (três mil novecentos e quarenta e quatro reais), restando um saldo de R\$ 3.946.890,42 (três milhões novecentos e quarenta e seis mil e oitocentos e noventa reais e quarenta e dois centavos). Consta justificativa para este saldo às fls. 204.

Nos objetivos da Secretaria, foram estabelecidas 30 (trinta) metas físicas regionalizadas, cuja execução em análise indica um desempenho de 16,57% de execução, em relação ao previsto para exercício 2018, das quais 15 (quinze) foram evidenciadas sem nenhuma execução, conforme análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 80 a 112.

A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 14 (quatorze) indicadores, dos quais 07 (sete) não evidenciam índice de apuração, conforme análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 59 a 79.

Quanto a ação 2078, observou-se a execução financeira foi de 99,99%, mas não houve execução da meta física planejada. Destarte, o esclarecimento apresentado pelo responsável da ação foi insuficiente, considerando que na elaboração da ação temática para cada unidade da meta física da ação é imprescindível mensurar a estimativa de custo (recurso orçamentário) necessário para sua execução, totalizando assim o valor autorizado do orçamento para a referida ação, conforme análise e justificativa às fls. 114 e 115.

Identificou-se que a ação 2083 houve desempenho da execução financeira de 49,20%, contudo não houve execução da meta física planejada, tendo sido apresentado o esclarecimento pelo responsável da ação às fls. 116 e 117.

Constata-se que não houve execução financeira nas ações 2146 e 2351, contudo, alcançaram a execução da meta física em 71,46% e 18,90%, respectivamente. Os esclarecimentos apresentados pelos responsáveis das ações foram insuficientes, considerando que na elaboração da ação temática para cada unidade da meta física da ação é imprescindível mensurar a estimativa de custo (recurso orçamentário) necessário para sua execução, totalizando assim o valor autorizado do orçamento para a referida ação. Os demonstrativos e justificativas para essas ações constam nas fls. 118 a 120, 124 e 125.

Com relação à ação 2093 houve baixa execução financeira, mas a execução da meta física planejada alcançou 95,61%, conforme análise e justificativa no demonstrativo às fls. 121 e 122.



A ação 2071 foi reduzida em seu orçamento inicial, prejudicando o cumprimento da sua meta física inicial planejada. O responsável pela ação apresentou justificativa no demonstrativo às fls. 126.

Fundo Estadual de Assistência Social

Constata-se, entretanto, que no Rol de Responsáveis, às fls. 06 a 08, não foram relacionados os membros do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Assistência Social do Estado do Tocantins, não observando o artigo 166, inciso VII do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um nível de arrecadação com percentual médio de 5,44%, ficando muito abaixo do previsto.

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um baixo nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual baixo de 18,83%.

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta um valor de R\$ 10.783.043,16 (dez milhões, setecentos e oitenta e três mil, quarenta e três reais e dezesseis centavos) no Passivo Permanente, com atributo “P”. Este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, tendo sido emitida justificativa em item próprio na Nota Explicativa às fls. 190 a 196.

Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 147, do qual foi liquidado R\$ 1.372.944,07 (um milhão, trezentos e setenta e dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais e sete centavos), pago R\$ 431.313,75 (quatrocentos e trinta e um mil, trezentos e treze reais e setenta e cinco centavos) e cancelado R\$ 152.981,79 (cento e cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e um reais e setenta e nove centavos), restando ainda um saldo de R\$ 1.204.716,37 (um milhão, duzentos e quatro mil, setecentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), tendo sido emitida justificativa em item próprio na Nota Explicativa às fls. 190 a 196.

Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 149, foi pago R\$ 118.987,58 (cento e dezoito mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) não havendo cancelamentos, restando um saldo de R\$ 8.678,67 (oito mil, seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e sete centavos) não tendo sido justificado nos autos.

Quanto às ações 4276, 4293, 4281, 4289, observou-se um baixo desempenho financeiro com índices de 31,35, 25,96%, 1,28%, 17,88% respectivamente, tendo em vista que as mesmas alcançaram mais de 100% da meta física planejada, tendo sido apresentados os esclarecimentos pelos responsáveis das ações, conforme as análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 85, 86, 91 a 95 e 100 a 102.



Com relação às ações 4141 e 4073, houve baixa execução financeira com índices de 16,24% e 8,13%, respectivamente, e também baixa execução da meta física planejada para 2018, com valores de 38,2% e 13,33%, tendo sido apresentadas justificativas pelos responsáveis das ações, nas análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 96, 97, 98, 99, 103 e 104.

Fundo Tocantinense de Economia Solidaria

Constata-se no Rol de Responsáveis colacionado às fls. 07 a 09 a ausência dos membros do Conselho Deliberativo do Fundo Tocantinense de Economia Solidária, instituído pela Lei nº 2.493/2011, nos termos do artigo 166, inciso VII do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica baixo nível de arrecadação com percentual médio de 3,06%, ficando muito abaixo do previsto.

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta um valor de R\$ 4.165.014,44 (quatro milhões cento e sessenta e cinco mil, catorze reais e quarenta e quatro centavos) no Passivo Permanente, com atributo “P”. Este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, não tendo sido emitida justificativa na Nota Explicativa às fls. 137 a 140.

Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 98, não havendo liquidação e pagamento no exercício, restando ainda um saldo no valor da inscrição correspondente a R\$ 71.100,06 (setenta e um mil cem reais e seis centavos), sendo emitida justificativa em item próprio na Nota explicativa às fls. 137 a 140.

Com relação à ação 4129, não houve execução da meta física e observou-se uma execução financeira 0,18%. A justificativa apresentada pelo responsável da ação pode ser verificada nos demonstrativos, às fls. 63 a 64.

Quanto a ação 4069, houve redução de todo seu orçamento inicial, prejudicando assim o cumprimento da sua meta física inicial planejada, tendo sido apresentada justificativa pelo responsável da ação, conforme demonstrativos às fls. 65.

Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins

O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO nº 005144/O-5, conforme certidão, às fls. 46.



A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 27,58%.

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta um valor de R\$ 154.131,39 (cento e cinquenta e quatro mil, cento e trinta e um reais e trinta e nove centavos), no Passivo Permanente, com atributo “P”. Este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, tendo sido emitida justificativa em item próprio na Nota Explicativa às fls. 136 a 138.

Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 97, restando ainda um saldo de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), tendo sido emitida justificativa em item próprio na Nota Explicativa às fls. 138.

Especificamente quanto à ação nº 4309, observou-se que não houve execução financeira, sendo evidenciada a execução de 79,83% da meta física planejada, tendo sido apresentados os esclarecimentos pelos responsáveis das ações, conforme demonstrativo, às fls. 66.

Constata-se que na ação 4035, foi remanejado todo seu orçamento inicial, prejudicando assim o cumprimento da meta física planejada, tendo sido apresentados os esclarecimentos pelos responsáveis das ações, conforme demonstrativo às fls. 63.

Fundo de Desenvolvimento Econômico Social

A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um nível de execução com percentual médio de 19,91%, muito abaixo do previsto, conforme quadros a seguir, tendo sido emitida justificativa em item próprio na Nota Explicativa.

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 12,21%, muito abaixo do previsto.

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta um valor de R\$ 828.973,75 (oitocentos e vinte e oito mil, novecentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos) no Passivo Permanente, com atributo “P”. Este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, não consta nenhum direito registrado pelo Tesouro. Informado às fls. 138.

Foi registrado saldo de bens patrimoniais móveis no imobilizado, às fls. 111, no valor total de R\$ 1.134.780,07 (um milhão, cento e trinta e quatro mil, setecentos e oitenta reais e sete centavos), no entanto foi justificado às fls. 137 e 148, que tais registros foram realizados de forma indevida, visto que o Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social utiliza a estrutura física do Banco do Empreendedor conforme declaração às fls. 168.



Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 105, foi cancelado R\$ 138,00 (cento e trinta e oito reais), zerando o saldo, justificado às fls. 137.

Com relação as ações 4023 e 4024, houve uma baixa execução financeira de 5,04% e 16,03% respectivamente e uma baixa execução da meta física planejada de 4,43% e 17,23%, sendo os esclarecimentos apresentados pelos responsáveis das ações, conforme as análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 59 e 60.

3. ACHADOS INSPEÇÕES, FISCALIZAÇÕES, AUDITORIAS E TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Durante o exercício de 2018 não foram realizadas auditorias, inspeções ou fiscalizações no órgão; foi instaurada, porém não foi concluída 01 (uma) Tomada de Contas Especial, referente a possível dano ao erário na concessão de Suprimento de Fundos, nos termos do Acórdão TCE/TO N° 490/2018, da 2ª Câmara, conforme Processo n° 2018 09040 000077, desta Controladoria Geral do Estado.

Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e o Tribunal de Contas da União, não realizaram Auditoria de Regularidade na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, no exercício em análise.

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes a SETAS, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4. CRITICIDADE E VULNERABILIDADE NA MATRIZ DE RISCO 2018

Ao início de cada exercício financeiro, a Controladoria Geral do Estado elabora uma Matriz de Risco com a finalidade de mapear os principais pontos de criticidade e vulnerabilidade que cada unidade orçamentária enfrentou no exercício anterior, onde alguns achados considerados relevantes são identificados e necessitam ter dispensada uma maior atenção pelo Órgão, conforme descrevemos abaixo.

Para demonstrar o nível de relevância dessa Pasta, podemos destacar que seu orçamento anual representa 0,73% do total do orçamento do estado, que está estimado para 2019 em R\$ 8.892.356.680,00, (oito bilhões, oitocentos e noventa e dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oitenta reais). Dessa forma, somente a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social detém a quantia de R\$ 65.197.634,00, (sessenta e cinco milhões, cento e noventa e sete mil, seiscentos e trinta e quatro reais).

Referente à previsão de arrecadação de receitas de convênios com a União, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social estimou um valor de R\$ 11.621.000,00 (onze milhões, seiscentos e vinte e um mil reais) para o exercício de 2018, sendo arrecadado



somente R\$ 372.672,53 (trezentos e setenta e dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos), ocorrendo uma frustração de receita no valor expressivo de R\$ 11.248.327,47, (onze milhões, duzentos e quarenta e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e quarenta e sete centavos).

Do montante de R\$ 1.292.123,00 (um milhão, duzentos e noventa e dois mil, cento e vinte e três reais), de devoluções de saldo de convênios, 17,92% foi devolvido pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, representando o montante expressivo de R\$ 231.582,01, (duzentos e trinta e um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e um centavo).

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta um valor de R\$ 24.415.407,69 (vinte e quatro milhões quatrocentos e quinze mil quatrocentos e sete reais e sessenta e nove centavos) no Passivo Permanente, com atributo “P”. Este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, sendo que apenas foi registrado pelo Tesouro um direito no valor de R\$ 16.560.459,06, (dezesseis milhões, quinhentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e seis centavos) referente a Outros Créditos a Receber – Cota Financeira a Receber.

O elevado valor registrado com esse atributo afronta o princípio da anualidade orçamentária disposto no artigo 165, inc. III da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei 4.320/64, e ainda com o princípio da gestão fiscal responsável, previsto no art. 1º, §1º da Lei de Responsabilidade Fiscal; devendo o órgão realizar um estudo aprofundado, tomando medidas preventivas e corretivas, a fim de mitigar tal procedimento.

Sendo a Matriz de Risco a colheita de informações principalmente contábeis, para que haja a emissão de opinativos conclusivos acerca das constatações iniciais através da análise dos dados apresentados, é fundamental uma investigação mais rica e aprofundada, porém esta ferramenta oferece de forma fácil e clara as melhores trilhas de uma auditoria, inspeção ou fiscalização contábil.

5. RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS REFERENTES À PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO GOVERNADOR DO ESTADO - EXERCÍCIO DE 2014 A 2017

Tendo em vista a análise da Prestação de Contas Consolidadas do Governo do Estado pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, com a emissão de pareceres prévios referentes aos exercícios de 2014, 2015, 2016 e 2017, conforme Processo Eletrônico TCE nº 3171/2015 - Parecer Prévio nº 116/2018, Processo Eletrônico TCE nº 4579/2016 - Parecer Prévio nº 121/2018, Processo Eletrônico TCE nº 3872/2017 - Parecer Prévio nº 122/2018, Processo Eletrônico TCE nº 3121/2018 - Parecer Prévio nº 115/2018 respectivamente, contendo as conclusões e recomendações técnicas para os órgãos da administração do Estado, descreve-se a seguir as ações a serem implementadas no âmbito



desses órgãos/entidades, informado às pastas pela Controladoria através do Ofício Circular nº 14/2019/GABSEC, SGD nº 2019/09049/002898.

PROCESSO Nº 3171/2015 – Exercício 2014

Realizar o registro da execução orçamentária da despesa, anterior ao efetivo recebimento dos bens ou serviços contratados pela administração pública, por meio de empenho prévio, de forma a reduzir o volume de movimentação de dotações orçamentárias para cobertura das mencionadas despesas, em prejuízo da execução de outras ações de governo, sob pena de descumprimento das metas e objetivos estabelecidos nos instrumentos de planejamento, em obediência ao disposto nos artigos 58 a 60 da Lei Federal nº 4320/64, c/c os artigos 7º, §2º III; art. 14 e 55, V, ambos da Lei Federal nº 8666/93.

Regularizar os saldos de Suprimento de Fundos e Convênios Concedidos, ainda pendentes de prestação de contas, bem como que fique evidenciado o detalhamento dos saldos Suprimento de Fundos e Convênios Concedidos, pendentes de baixa contábil, distinguindo os valores oriundos de contas não prestadas, daqueles que se encontram apenas pendente de análise, de forma a dar maior transparência quanto ao total dos saldos registrados em Convênios Concedidos e Suprimento de Fundos.

Adotar ações concretas, caso tenha em seu orçamento, previsão de recebimento de recursos federais, para se organizar de forma a estar preparada para receber e aplicar os recursos, obedecendo aos critérios e prazos de aplicação previamente estabelecidos.

PROCESSO Nº 4579/2016 – Exercício 2015

Utilizar corretamente a classificação da despesa no elemento 92 – Despesas de exercícios anteriores, nas estritas circunstâncias estabelecidas no artigo 37 da Lei nº 4.320/64, e que realize um planejamento orçamentário e financeiro eficiente e equilibrado, de modo a reduzir a reiterada prática, por parte do Estado, de realização de despesas de exercícios anteriores, dando causa, assim, à movimentação de dotações orçamentárias para sua cobertura, em razão de não estarem previstas, ou insuficientemente dotadas no orçamento, situação que impacta na execução orçamentária do exercício e prejudica o alcance de metas, segundo o art. 1º, §1º da LC nº 101/2000 e princípio da transparência.

Controlar a assunção das obrigações nos termos dos artigos 15 a 17, da Lei Complementar nº 101/2000, e que efetue o registro contábil das despesas/obrigações cujos fatos geradores tenham ocorrido no exercício, independente da respectiva disponibilidade orçamentária e financeira, permitindo, assim, maior transparência da despesa pública e da situação fiscal do Estado, tudo em obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei nº 4320/64, aos princípios contábeis da competência e da oportunidade, às normas de contabilidade aplicadas ao setor público e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), bem como observe as premissas constantes na Resolução nº 265/2018 - TCE/TO - Pleno – 06/06/2018, proferida na Consulta nº 13043/2017.

Abster-se de estornar as despesas liquidadas que estejam aptas a serem inscritas em restos a pagar processados e de registrá-las no permanente/passivo circulante



com atributo P sem a efetiva execução orçamentária, para que no exercício seguinte não sejam empenhadas como despesas de exercícios anteriores.

Abster-se de cancelar restos a pagar processados sem comprovação do fato motivador.

PROCESSO Nº 3872/2017 – Exercício 2016

Não realizarem despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais e disponibilidades financeiras do respectivo exercício, evitando assim contrariedade ao art. 60 da Lei Federal nº 4320/1964 e II art. 167 da CF/88.

Regularizar os saldos das contas Outros Devedores a Receber.

Promover o cumprimento das recomendações e determinações, expedidas quando da emissão dos pareceres prévios anteriores, se ainda pendentes, independentemente daquelas que também deverão ser implementadas no exercício de 2019.

Orientar a todos os Órgãos do Poder Executivo para se abstenham de cancelar os restos a pagar processados e não processados, e em caso da ocorrência, apresentem informações em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, em razão do disposto nos art. 61 a 63 da Lei nº 4320/64.

PROCESSO Nº 3121/2018 – Exercício 2017

Não realizar despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais e disponibilidades financeiras do respectivo exercício, evitando assim contrariedade ao art. 60 da Lei Federal nº 4320/1964 e II art. 167 da CF/88.

Regularizar os saldos das contas Outros Devedores a Receber que se referem a exercícios anteriores (1998 a 2017), uma vez que tal ponto vem sendo objeto de recomendação desde as contas anuais de 2010 (processo nº 2508/2011).

Promover o cumprimento das recomendações e determinações, expedidas quando da emissão dos pareceres prévios anteriores, se ainda pendentes, independentemente daquelas que também deverão ser implementadas no exercício de 2019.

Abster-se de cancelar os restos a pagar processados e não processados, e em caso da ocorrência, apresentem informações em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, em razão do disposto nos art. 61 a 63 da Lei Federal nº 4320/64.

Atender as recomendações e determinações no sentido de corrigir e não reincidir no cometimento das falhas e/ou irregularidades apontadas do Relatório e Voto do Relator, uma vez que serão acompanhadas em auditorias e contas posteriores.

6. ACHADOS REFERENTES AO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS E PARCERIAS



Verificamos, que dos **30** Termos de Convênios e Colaboração, lançados no Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias, **24** instrumentos estão pendentes de envio/análise da prestação de contas, há mais de 180 dias, portanto, irregulares quanto ao dever de comprovar a boa e regular aplicação de recursos, havendo também inexistência de sincronia entre o Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias e o SIAFE-TO quanto à situação dos instrumentos. **(Dados extraídos do Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias em 29/05/2019)**

Convém destacar, que é de responsabilidade da Unidade Gestora a prestação de contas dos Fundos a ela vinculados, assim sendo notificamos que o único Termo de Convênios, lançado no Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias o pelo **Fundo Tocantinense de Economia Solidária** está com **1.580** dias pendente de envio/análise da prestação de contas, portanto, irregular quanto ao dever de comprovar a boa e regular aplicação de recursos. **(Dados extraídos do Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias em 29/05/2019)**

Cumpramos informar, que são gestores setoriais da Sistemática de Convênios do Estado do Tocantins, todos os órgãos ou entidades da administração pública estadual, direta ou indireta, que realizem transferências voluntárias de recursos, aos quais compete a gestão dos convênios e a obrigatoriedade da alimentação dos dados de sua competência no Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias, conforme estabelece o **§1º, art. 45 do Decreto Nº 5.815, de 09 de maio de 2018 e §1º, art. 52 do Decreto Nº 5.816, de 10 de maio de 2018.**

Nestes Termos, esta Controladoria orienta aos Órgãos/Entidades, a promoverem a revisão dos dados inseridos no Sistema, e atualizarem todas as informações sobre Convênios e Termos de Colaboração (baixa e regularizações) com valores a comprovar, a aprovar e em andamento, assim como os respectivos processos de Prestação de Contas.

Alertamos que o prazo para análise da prestação de contas final e a manifestação pelo concedente será de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, findado os prazos de que trata o § 6º do art. 41 do Decreto Nº 5.815, de 09 de maio de 2018 e § 6º do art. 48 do Decreto Nº 5.816, de 10 de maio de 2018, a ausência de decisão sobre a aprovação da prestação de contas pelo concedente poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade da administração pública estadual, direta ou indireta, referente ao exercício em que ocorreu o fato.

Detalhamento do Item Legal: 1.1 - Regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União

7. SUPRIMENTO DE FUNDOS



No que concerne a SETAS, no exercício de 2018, verifica-se que houve concessão de suprimento de fundos, havendo divergências entre o informado no Sistema de Acompanhamento de Adiantamento da Controladoria-Geral do Estado e o SIAFE-TO.

Quanto aos Fundos supramencionados vinculados a essa Unidade Gestora, verifica-se no SIAFE-TO que houve concessão de suprimento de fundos no exercício de 2018, no entanto não houve lançamentos no Sistema de Acompanhamento de Adiantamento da Controladoria-Geral do Estado, em descumprimento ao que estabelece a alínea “d”, inciso IV do art. 37 do Decreto Nº 5.779, de 5 de fevereiro de 2018.

Destacamos acerca da obrigação contida no art. 40, inciso IV, alínea “c”, do Decreto nº 5.942, de 06 de maio de 2019, que dispõe sobre a Execução Orçamentário Financeira, do Poder Executivo do Estado do Tocantins, em que determina que sejam inseridas as informações de adiantamentos/suprimentos de fundos no sistema de acompanhamento de adiantamentos, sob gestão desta Controladoria Geral, “Sistema de Acompanhamento de Adiantamentos”, no link www.gestao.cge.to.gov.br, o qual está em pleno funcionamento, dependendo somente da alimentação das informações por parte da Pasta.

8. ACHADOS ACERCA DO PLANO PLURIANUAL

De acordo a Lei nº 2.735/2013, o controle Interno do Poder Executivo, acompanhará a atuação dos gestores Públicos Estaduais, tendo por finalidade verificar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado.

Partindo dessa premissa, a Controladoria-Geral do Estado fez a análise das informações disponibilizadas no Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA, que versa sobre execução física e financeira das ações temáticas e das ações prioritárias do exercício de 2018, com o objetivo de verificar a baixa execução das ações realizadas pelo órgão.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, apresentou as seguintes metas físicas e financeiras (previsão e execução) para o exercício de 2018, de acordo com as informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO), detalhadas no quadro abaixo: representaram um orçamento autorizado no valor de R\$ R\$ 9.633.013,00 (nove milhões seiscentos e trinta e três mil e treze reais).

Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira	Metas Físicas
----------------------------	--------------------------



Ação	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A	Produto	Prevista	Realizado	Execução
Programa - 1161 - Assistência Social											
2078	105.000,00	-3.761,00	101.239,00	101.238,36	101.238,36	99,99	99,99	Municípios aderidos	105	0	0,00 %
2083	5.675.000,00	205.102,00	5.880.102,00	2.893.561,36	2.525.625,36	49,20	42,95	Unidade atendida	139	0	0,00 %
Total	5.780.000,00	201.341,00	5.981.341,00	2.994.799,72	2.626.863,72						
Programa - 1162 - Trabalho e Mercado											
2146	1.167.000,00	-265.000,00	902.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Trabalhador Atendido	3.000	2.144	71,46 %
2093	2.710.000,00	-60.328,00	2.649.672,00	669.648,55	669.648,55	25,27	25,27	Trabalhador Atendido	310,00	296,396	95,61 %
2351	130.000,00	-30.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Trabalhador Orientado	2.782	526	18,90 %
2071	5.000,00	-5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Instâncias de controle social do trabalho fortalecida	3	0	0,00 %
Total	4.012.000,00	-360.328,00	3.651.672,00	669.648,55	669.648,55						
Total Geral	9.792.000,00	-158.987,00	9.633.013,00	3.664.448,27	3.296.512,27	38,04	34,22				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

a) Depreende-se da análise que a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, apresentou um desempenho orçamentário e financeiro de 38,04 dos recursos autorizados.

b) Com relação a execução da meta física das ações temáticas do total de 06 (seis) ações temáticas planejadas pelo Órgão, apenas 02(duas) ações temáticas executaram mais de 70% da sua meta física prevista para o exercício 2018 e 01(uma) executou abaixo de 20% da meta física planejada, sendo que 03 (três) não tiveram nenhuma execução da meta física planejada.

c) Fazendo um comparativo da execução financeira de 38,04% do exercício de 2018, em relação a execução de 2017 que obteve 61,89% de execução do total do orçamento autorizado, percebe-se uma redução de 23,85% da execução do orçamento total.

Principais inconsistências identificadas na inserção das informações no sistema de acompanhamento da execução orçamentária e financeira e plano plurianual:

Com base nas análises realizadas pelos responsáveis das ações no sistema de Acompanhamento da execução orçamentaria, constatou-se o seguinte:

- ✓ Falta de justificativa das alterações/movimentações do Orçamento do Órgão.



Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS

O Fundo Estadual de Assistência Social, apresentou as seguintes metas físicas e financeiras (previsão e execução) para o exercício de 2018, de acordo com as informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO), detalhadas no quadro abaixo: representaram um orçamento autorizado no valor de R\$ \$ 9.114.583,00 (nove milhões, cento e quatorze mil, quinhentos e oitenta e três reais).

Ações Temáticas por Programa

Ação	Meta Financeira						Metas Físicas					
	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A	Produto	Prevista	Realizado	Execução	
Programa - 1161 - Assistência Social												
4293	220.000,00	-50.000,00	170.000,00	44.138,08	43.027,35	25,96 %	25,31 %	Instância Fortalecida	60	68	113,33 %	
4133	1.130.000,00	-100.000,00	1.030.000,00	612.089,30	389.076,39	59,42 %	37,77 %	Técnico atendido	1200	1041	86,75 %	
4281	2.200.000,00	-100.000,00	2.100.000,00	26.925,58	25.843,03	1,28 %	1,23 %	Município Atendido	30	65	216,66 %	
4289	1.649.000,00	-226.000,00	1.423.000,00	254.481,89	240.396,96	17,88 %	16,89 %	Município Atendido	70	76	108,57 %	
4141	2.936.000,00	-204.417,00	2.731.583,00	443.856,64	423.250,02	16,24 %	15,49 %	Município atendido	139	53	38,12 %	
4276	1.110.640,00	-250.640,00	860.000,00	269.694,90	257.320,14	31,35 %	29,92 %	Município Atendido	100	139	139,00 %	
4073	889.000,00	-89.000,00	800.000,00	65.114,89	64.653,99	8,13 %	8,08 %	Instância Fortalecida	60	8	13,33 %	
Total	10.134.640,00	-1.020.057,00	9.114.583,00	1.716.301,28	1.443.567,88	18,83%	15,83 %					

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

d) Depreende-se da análise que o Fundo Estadual de Assistência Social , apresentou, de forma geral, um desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado 18,83% dos recursos autorizados.

e) Com relação a execução da meta física das ações temáticas do total de 07 (sete) ações temáticas planejadas pelo Órgão, apenas 04(quatro) conseguiram executar na totalidade as metas físicas prevista para o exercício de 2018, 01 (uma) ação temática executou mais de 50% da sua meta física e 02(duas) executaram abaixo de 50% da meta física planejada para o exercício de 2018.

f) Fazendo um comparativo da execução financeira de 18,83% do exercício de 2018, em relação a execução de 2017 que obteve 64,77% de execução do total do



orçamento autorizado, percebe-se uma redução de 45,94% da execução do orçamento total.

Principais Inconsistências identificadas na inserção das informações no sistema de acompanhamento da execução orçamentária e financeira e Plano Plurianual:

Com base nas análises realizadas pelos responsáveis das ações no sistema de Acompanhamento da execução orçamentaria, constatou-se o seguinte:

- ✓ Falta de justificativa das razões para a execução da meta física com baixa execução orçamentária.

Fundo Tocantinense de Economia Solidária - Ftes

O Fundo Tocantinense de Economia Solidária - FTES, apresentou as seguintes metas físicas e financeiras (previsão e execução) para o exercício de 2018, de acordo com as informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO), detalhadas no quadro abaixo: representaram um orçamento autorizado no valor de R\$ 4.627.283,00 (quatro milhões seiscentos e vinte e sete mil, duzentos e oitenta e três reais).

Ações Temáticas por Programa

Ação	Meta Financeira						Metas Físicas				
	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A	Produto	Previsão	Realizado	Execução
Programa - 1161 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo											
4129	5.003.000,00	-375.717,00	4.627.283,00	8.282,25	8.282,25	0,18 %	0,17 %	Empreendimento fortalecido	76	0	0,00 %
4069	140.000,00	-140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	Conselho Fortalecido	13	0	0,00 %
Total	5.143.000,00	-515.717,00	4.627.283,00	8.282,25	8.282,25	0,18%	0,18%				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

g) Depreende-se da análise que o Fundo de Economia Solidaria, apresentou, de forma geral, um insignificante desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado 0,18% dos recursos autorizados.

h) Com relação a execução da meta física das ações temáticas do total de 02 (duas) ações temáticas planejadas pelo Órgão, nenhuma teve execução da sua meta fisica planejada para o exercício 2018.



i) Fazendo um comparativo da execução financeira de 0,18% do exercício de 2018, em relação à execução de 2017 que obteve 16,69% de execução do total do orçamento autorizado, percebe-se uma redução de 16,51 % da execução do orçamento total.

Principais inconsistências identificadas na inserção das informações no sistema de acompanhamento da execução orçamentária e financeira e plano plurianual:

Com base nas análises realizadas pelos responsáveis das ações no sistema de Acompanhamento da execução orçamentária, constatou-se o seguinte:

- ✓ Não demonstrando na análise as razões para a inexecução da meta física da ação.

Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins - FUST

O **Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins**, apresentou as seguintes metas físicas e financeiras (previsão e execução) para o exercício de 2018, de acordo com as informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO), detalhadas no quadro abaixo: representaram um orçamento autorizado no valor de R\$ 1.380.895,00 (um milhão, trezentos e oitenta mil, oitocentos e noventa e cinco reais).

Ações Temáticas por Programa

Ação	Meta Financeira						Metas Físicas				
	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A	Produto	Prevista	Realizado	Execução
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo											
4035	450.000,00	-450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	Município Atendido	60	0	0,00 %
4096	1.278.000,00	-397.105,00	880.895,00	380.894,10	380.894,10	43,23 %	43,23 %	Pessoas atendidas	36.000	21.133	58,70 %
4309	550.000,00	-50.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	Pessoas Capacitadas	600	479	79,83 %
Total	2.278.000,00	-897.105,00	1.380.895,00	380.894,10	380.894,10	27,58	27,58 %				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

j) Depreende-se da análise que o Fundo Social de Solidariedade do Estado do Tocantins apresentou, de forma geral, apresentou um desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado 27,58% dos recursos autorizados.

k) Com relação a execução da meta física das ações temáticas do total de 03 (três) ações temáticas planejadas pelo Órgão para o exercício 2018, apenas 02(duas) ações



temáticas executaram mais de 50% da sua meta física e 01(uma) não teve execução da sua meta física planejada.

l) Fazendo um comparativo da execução financeira de 27,58% do exercício de 2018, em relação a execução de 2017 que obteve 81,89% de execução do total do orçamento autorizado, percebe-se uma redução de 54,31% da execução do orçamento total.

Principais inconsistências identificadas na inserção das informações no sistema de acompanhamento da execução orçamentária e financeira e plano plurianual:

Com base nas análises realizadas pelos responsáveis das ações no sistema de Acompanhamento da execução orçamentaria, constatou-se o seguinte:

- ✓ Falta de justificativa das alterações/movimentações;

Recomendações:

- a) Atentar para o baixo desempenho físico e financeiro das ações temáticas planejados para o exercício, para que não seja comprometida a missão institucional do Órgão/Entidade;
- b) Atentar para execução de todas as ações que foram planejadas no PPA e LOA, porém fazer uma análise para constar ou criar as ações que realmente serão executadas durante o exercício, aproveitando os instrumentos de revisão do PPA para realização das alterações;
- c) Justificar as suplementações e reduções dos recursos orçamentários;
- d) Falta de justificativa das razões para a execução da meta física com baixa execução orçamentária;
- e) Observar no Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentaria, as recomendações e orientações realizadas pelos técnicos da CGE, para sanar as inconsistências encontradas.

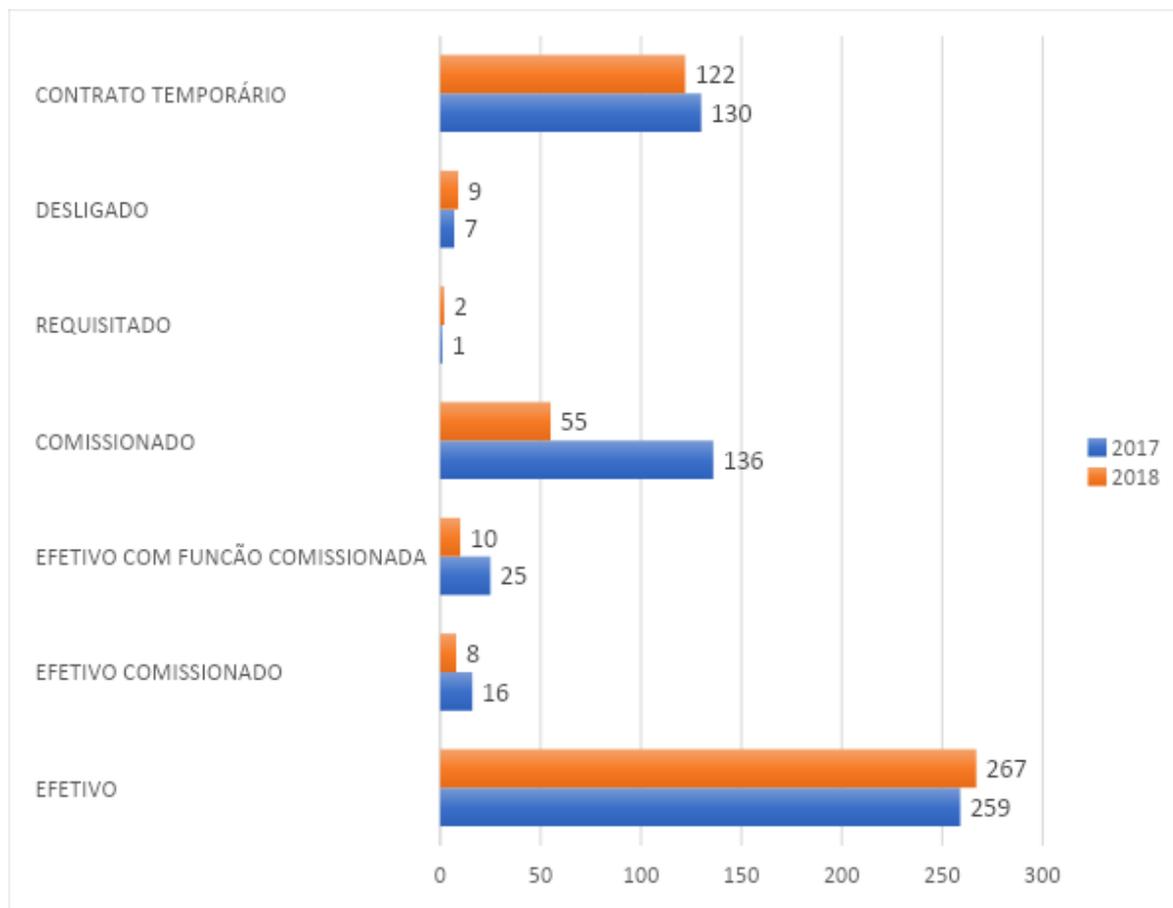
9. FOLHA DE PAGAMENTO

Nesse tópico do relatório panorâmico foi realizado o levantamento dos quantitativos de vínculos da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social no mês de dezembro de 2018, por situação funcional, fazendo também um comparativo em relação ao mês de dezembro de 2017.



CLASSIFICAÇÃO	DEZ/2017	DEZ/2018	VARIÇÃO
EFETIVO	259	267	8
EFETIVO COMISSIONADO	16	8	-8
EFETIVO COM FUNÇÃO COMISSIONADA	25	10	-15
COMISSIONADO	136	55	-81
REQUISITADO	1	2	1
DESLIGADO	7	9	2
CONTRATO TEMPORÁRIO	130	122	-8
TOTAL	574	473	-101

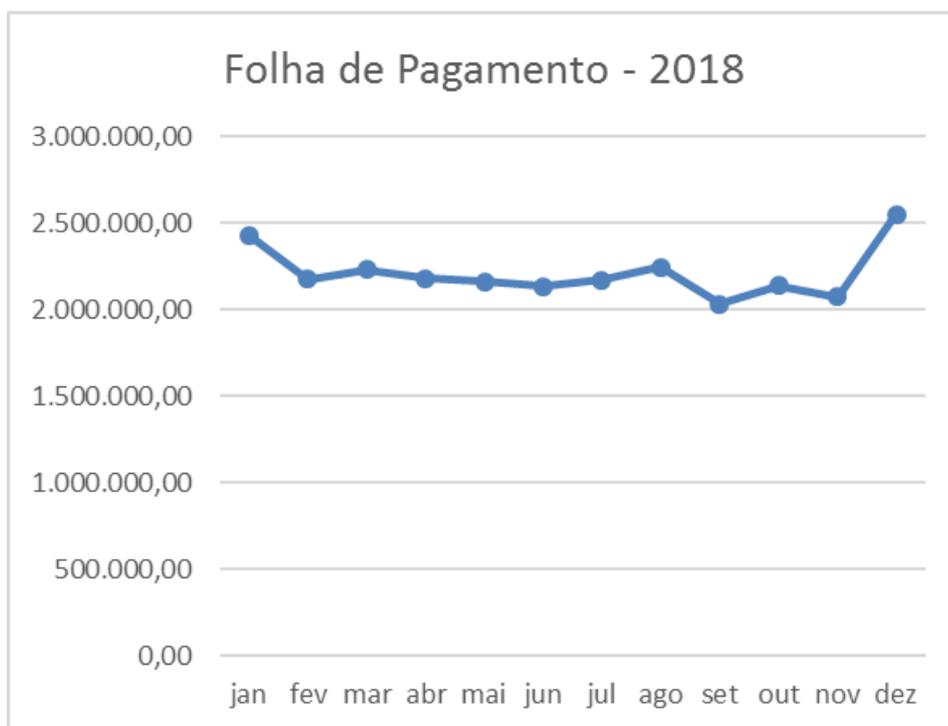
Comparando a folha de pagamento de dezembro de 2018 com o mesmo período de 2017, observou-se uma redução de aproximadamente 18%, equivalente a 101 vínculos de servidores, conforme detalhado no gráfico abaixo.



Foi realizado também, o levantamento do valor custo mensal com a folha de pagamento do referido Órgão, registrando um custo médio mensal de R\$ 2.210.468,27, conforme descrito abaixo:



FOLHA DE PAGAMENTO - 2018	
JANEIRO	R\$ 2.428.404,07
FEVEREIRO	R\$ 2.177.632,01
MARÇO	R\$ 2.232.406,90
ABRIL	R\$ 2.182.047,08
MAIO	R\$ 2.162.914,88
JUNHO	R\$ 2.134.912,35
JULHO	R\$ 2.169.289,89
AGOSTO	R\$ 2.247.037,64
SETEMBRO	R\$ 2.031.609,44
OUTUBRO	R\$ 2.138.344,16
NOVEMBRO	R\$ 2.071.740,27
DEZEMBRO	R\$ 2.549.280,52



10. LEVANTAMENTO DA DÍVIDA REAL

Por determinação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, conforme Ofício nº 8/2019 REL 5 e Despacho nº 178/2019, com fundamento no artigo 111, da Lei nº 1.284/2001, foram solicitadas informações sobre a dívida real do Estado do Tocantins.

O Objetivo foi verificar se as demonstrações financeiras e contábeis do Balanço Geral do Estado refletem em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial em



31/12/2018, e os resultados patrimoniais, financeiros e orçamentários do Estado no exercício, de acordo com a Lei 4.320/64 e demais normas contábeis aplicáveis.

Diante dessa determinação, a Controladoria-Geral do Estado por meio do Ofício Circular CGE nº 8/2019/GABSEC, SGD nº 2019/09049/001079, solicitou o encaminhamento dessas informações da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, para consolidação e atendimento da referida diligência, entretanto foram encontradas divergências que impossibilitaram o fechamento do relatório.

Dessa forma, a Controladoria realizou uma segunda tentativa de levantar essas informações, de forma precisa e tempestiva, encaminhando o Ofício Circular CGE nº 12/2019/GABSEC, SGD n.º 2019/09049/002144, solicitando conferência e correções necessárias por parte do Órgão sobre os valores informados inicialmente.

Não obstante e sem atendimento do pleito foi realizada reunião técnica com os Órgãos e Entidades para orientar como levantar essas informações.

Depois de todas as tratativas, ainda foram encontradas divergências no somatório dos valores das planilhas encaminhadas a esta Controladoria-Geral, em relação aos valores registrados na Contabilidade, bem como nas despesas de pessoal registradas nas folhas de pagamento da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Diante dos fatos ocorridos, ainda se faz necessário, que o Órgão envie esforços, pois servirá inicialmente para que o atual Gestor conheça a real situação orçamentária e financeira, e que se conclua o envio das diligências ao Tribunal de Contas do Estado, evitando futuras sanções ou penalidades.

11. CAPACITAÇÕES REALIZADAS

No Exercício de 2018, a Controladoria Geral do Estado do Tocantins – CGE ofertou para os demais órgãos pertencentes ao Estado, vários cursos de capacitação aos seus servidores, com o objetivo de capacitar, instruir e melhorar o funcionamento da máquina pública, otimizando o tempo e buscando resultados mais eficazes.

Curso	Objetivo	Data da realização
Esclarecimentos acerca da regulamentação advinda da publicação dos Decretos 5.815/18 e 5.816/18 que dispõe sobre convênios e parcerias	Capacitar os técnicos envolvidos na formalização dos processos de convênios e parcerias conforme nº 5.815 de 09 de maio de 2018 e 5.816 de 10 de maio de 2018.	Maior



Suprimento de Fundos e Operacionalização e Inserção de dados no Sistema de Acompanhamento de Adiantamentos	Capacitar os técnicos envolvidos na formalização do processo de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamentos e operacionalização dos Sistemas de Acompanhamento de Adiantamentos.	Novembro
Prestação de Contas Anual	Orientar os técnicos envolvidos na formalização da Prestação de Contas dos Ordenadores	Dezembro

12. OUVIDORIA

Na Ouvidoria Geral do Estado foram registradas no Sistema de Gestão de Ouvidoria (SGO), no exercício de 2018, **20 manifestações** para a Secretaria do Trabalho e Assistência Social, sendo que 04 foram reclamações, 05 foram denúncias e 11 foram solicitações de informações. Destas manifestações 50% foram respondidas dentro do prazo e 50% foram respondidas em atraso. Os assuntos mais demandados foram Gestão Administrativa e Gestão de Pessoas.

CONCLUSÃO

Este trabalho de levantamento das informações técnicas de Controle dos Órgãos e Entidades do Executivo Estadual, possibilita conhecer em um breve histórico, onde incidiram os maiores riscos para a Administração.

A partir da apreciação do Relatório, o Gestor juntamente com sua equipe técnica, estará munido de algumas informações importantes que o subsidiarão na possibilidade de tomar providencias para resolver situações negativas aqui apresentadas.

Consignamos que a Controladoria-Geral do Estado tem imbuindo esforços para o fortalecimento do sistema de controle interno, disponibilizando em seu sítio “www.cge.to.gov.br”, uma gama de informações técnicas, v.g., manuais, relatórios, notas de orientação técnica, *check list* para acompanhamento de processos, legislação atualizada atinente à realização da despesa e sobre controle, dentre outros documentos que servirão de alicerce para o desenvolvimento do *mister* institucional da Pasta na forma da lei, promovendo, também, a capacitação e treinamento dos servidores dos órgãos e entidades do Executivo Estadual, fortalecendo, desta maneira, o controle interno da gestão com vistas à salvaguarda dos recursos públicos, evitando-se perdas, mau uso e danos, cumprindo-se, por conseguinte, as normas legais.

Colocamos à disposição nossos técnicos que através das suas respectivas Diretorias e Gerências, prestarão auxílio presencial e/ou por telefone de forma tempestiva, de



maneira que sirvam de suporte na elucidação de dúvidas sobre matéria alusiva às competências institucionais desta CGE/TO.

Também, caso necessário, devidamente justificado e dentro das limitações de pessoal desta Pasta de Controle, em obediência ao seu planejamento anual, poderão ser solicitados procedimentos “especiais” de fiscalização, inspeção e/ou auditoria, que poderão ser atendidos dentro das nossas disponibilidades.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 5 dias do mês de julho de 2019.

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão Governamental
e Combate à Corrupção

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente

De acordo, em 11/07/2019.

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Senivan Almeida de Arruda
Secretário-Chefe